



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000388187

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2257154-21.2024.8.26.0000, da Comarca de Bertioga, em que são agravantes EDUARDO MARTINS NEHME, PATRICIA MARTINS NEHME e LUCIANO MARTINS NEHME, são agravados SELENE MARIA FOSCHI, MARIO LUIZ FOSCHI, NIVIA MARIA FOSCHI, DIVA SAVIOLI FOSCHI, ORGUI & CINB INVESTIMENTOS LTDA, JORGE PERES GUIMARÃES e SÃO JORGE LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 1ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Não conheceram do recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores MARCELO BERTHE (Presidente) E SOUZA MEIRELLES.

São Paulo, 23 de abril de 2025.

NOGUEIRA DIEFENTHALER

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Voto nº 44583

Processo nº 2257154-21.2024.8.26.0000

Agravante: Eduardo Martins Nehme e outros

Agravados: Selene Maria Foschi e outros

Juiz(a): Jade Marguti Cidade

Comarca de Bertioga

1ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente#

AGRAVO DE INSTRUMENTO. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO. CONTESTAÇÃO – TEMPESTIVIDADE. HIPÓTESES LEGAIS DE CABIMENTO. 1. Interposição contra decisão que declarou tempestivas contestações apresentadas pelos réus e determinou a redistribuição livre da ação.

2. Não configuração de nenhuma das hipóteses legais de cabimento do recurso de agravo de instrumento, expressamente previstas no artigo 1.015 do Código de Processo Civil. Inadmissibilidade.

Não conhecimento do recurso.

Vistos.

Eduardo Martins Nehme e outros interpõem agravo de instrumento em face da r. decisão copiada em fls. 16/19 destes autos, pela qual o Juízo “a quo” considerou tempestiva a contestação apresentada por São Jorge Locações e Serviços Ltda e Jorge Peres Guimarães, bem como determinou a redistribuição livre da ação de origem.

Alega, em síntese, que em relação aos réus Jorge, São Jorge Locações e a empresa Orgui § Cinb, verifica-se, indubitavelmente, a declaração da revelia e seus efeitos incidentes, cujo prazo processual foi extrapolado devendo ser considerada intempestiva qualquer manifestação a posteriori, fato este não observado pelo Juízo de 1º Grau. Aponta que o presente recurso deve ser distribuído para esta Câmara ambiental, consoante outros agravos de instrumento já processados. Reafirma

a ciência inequívoca da propositura da ação de origem, de sorte que não podem alegar vício citatório. Requer atribuição de efeito suspensivo e, no mérito, a reforma da decisão, *“declarando válida a citação da empresa Orgui E Cinb Investimentos, com a consequente verificação da revelia existente em face da apresentação intempestiva da contestação por parte dos demais Agravados Jorge Peres Guimarães e São Jorge Locações e Serviços Ltda”*. (fls. 01/15).

Recurso recebido, dispensado de preparo, indeferido pedido de efeito suspensivo, instruído com resposta da parte adversa (fls. 221/246). Não houve oposição ao julgamento virtual, nos termos da Resolução 772/2017 do Egrégio Tribunal de Justiça.

É o relatório. Passo ao voto.

1. O presente recurso não reúne os pressupostos de admissibilidade
2. Consta dos autos de origem que os agravantes ajuizaram ação desconstitutiva de escritura pública em face dos agravados, visando seja *“declarada a nulidade das diversas escrituras de venda e compra entabulada simuladamente entre os réus, a desconstituição dos registros efetuados após a prolação da sentença proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 0000643-98.1998.8.26.0075, com o consequente cancelamento dos registros públicos no assento imobiliário (...)”* (fls. 18 dos autos de origem).

No curso do processo o MM. Juízo *“a quo”*

rejeitou impugnação dos agravantes e considerou tempestiva as contestações, determinando a redistribuição livre dos autos, pois

"A ação civil pública ambiental mencionada foi ajuizada pelo Ministério Público em face dos proprietários e ocupantes da área em questão, sendo o único escopo daquele feito a recuperação ambiental da área degradada. A sentença daquela ação foi proferida há mais vinte anos, estando, agora, após o trânsito em julgado, em fase de cumprimento de sentença, pendendo de comprovação pelos executados a integral compensação/regularização ambiental da área degradada.

(...)

De outro lado, a presente ação, embora também envolva a matrícula sob nº 52.039 do 1º CRI de Santos, ostenta natureza estritamente patrimonial, tratando-se de ação anulatória de escrituras públicas e registros imobiliários, com pedido de adjudicação do imóvel aos autores" (fls. 17/18).

3. De fato, o presente recurso não reúne condições de admissibilidade;

Os agravantes pretendem que seja declarada válida citação com relação à empresa Orgui & Cinb Investimentos, com a consequente verificação da revelia existente em face da apresentação intempestiva da contestação por parte dos demais Agravados Jorge Peres Guimarães e São Jorge Locações e Serviços Ltda.

Constata-se que a pretensão não se amolda em nenhum dos incisos do art. 1.015 do Código de Processo Civil:

Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:

- I - tutelas provisórias;*
- II - mérito do processo;*
- III - rejeição da alegação de convenção de arbitragem;*
- IV - incidente de desconconsideração da personalidade jurídica;*
- V - rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação;*
- VI - exibição ou posse de documento ou coisa;*
- VII - exclusão de litisconsorte;*
- VIII - rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio;*
- IX - admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros;*
- X - concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução;*
- XI - redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º;*
- XII - (VETADO);*
- XIII - outros casos expressamente referidos em lei.*

Ora, patente, pois, sob a égide da lei adjetiva civil vigente, a inadmissibilidade do recurso de agravo de instrumento para a decisão em questão atacada, posto que o pedido versa sobre decretação ou não de revelia.

Entrementes, ao presente caso não se aplica a teoria da taxatividade mitigada¹, isto porque não há urgência tampouco inutilidade do julgamento da questão em eventual preliminar de recurso de apelação, ou seja, a pretensão recursal poderá ser eventual e futuramente obtida em momento adequado/próprio.

3.1 Acerca da redistribuição dos autos de origem, a

despeito de não integrar o pedido do agravantes, cumpre ressaltar que os agravos de instrumento nº 2026914-67.2023.8.26.0000 e 2158727-86.2024.8.26.0000 foram interpostos de decisões proferidas na ação nº 1000602-74.2022.8.26.0075, que por fim também foi redistribuída livremente.

Em face destes fundamentos, de rigor a manutenção da decisão agravada, em razão do não conhecimento do presente recurso.

Eventuais recursos interpostos contra este julgado estarão sujeitos a julgamento virtual¹, ficando as partes intimadas desde já a apresentarem manifestação caso haja oposição a essa forma de julgamento.

Posto isso, voto no sentido do **não conhecimento** do recurso.

NOGUEIRA DIEFENTHÄLER
RELATOR

¹ Nos termos do art. 1º da Resolução n.º 549/2011, do Órgão Especial deste Tribunal, publicada no DJe de 25 de agosto de 2011 e em vigor desde 26 de setembro de 2011.